

NESTA EDIÇÃO

Diretoria debate apoio à MP 881 e voto a distância na rodada de assembleia das companhias, 2

Comissão aprova MP da Liberdade Econômica, 4

Ação da Abrasca contra publicações em DOs é arquivada, 4

Demanda aumenta mais que oferta de debêntures e custo para emissores cai, 5

Notas, 5

Embraer vende cinco aviões para Portugal

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas
- SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente
Maurício Perez Botelho - 2º Vice-Presidente

Diretores: Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão

Presidente Executivo: Eduardo Lucano da Ponte
Supervisora Financeira: Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte.
Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

Diretoria debate apoio à MP 881 e voto a distância na rodada de assembleia das companhias

O presidente executivo da **Abrasca**, Eduardo Lucano deu início à reunião da Diretoria, dia 04 de julho de 2019 no Rio de Janeiro, agradecendo ao associado StoccheForbes Advogados, representado pelo sócio e vice-presidente da COJUR, Henrique Filizzola, por proporcionar mais uma excelente recepção. Filizzola reiterou a satisfação em receber a diretoria da **Abrasca**.

Passou-se a movimentação do quadro associativo com as seguintes inclusões: Cascione, Paulino, Boulos e Santos – Sociedade de Advogados, representada na **Abrasca** pelo sócio, Luiz Eduardo Malta Corradini; CPFL TOTAL - Serviços Administrativos Ltda; TINETT Serviços de Informática Ltda; CPFL Planalto Ltda; NECT Serviços Administrativos Ltda; CPFL Centrais Geradoras Ltda e CPFL ATENDE - Centro de Contatos e Atendimentos Ltda, representadas na **Abrasca** pelo Diretor Financeiro Yuehui Pan; Credival – Participações, Administração e Assessoria Ltda, BP Promotora de Vendas Ltda; Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda e PTS Viagens e Turismo Ltda, representadas na **Abrasca** pelo gerente chefe de auditoria fiscal, Carlos Roberto Mendonça da Silva; FCR LAW – Fleury, Coimbra & Rhombert Advogados, representado na **Abrasca** por Bruno Guilhem; Movida Participações S.A., representada na **Abrasca** pelo Diretor de Controladoria, João Paulo Lima e Kinea Investimentos Ltda, representada na **Abrasca** pelo Jurídico Societário Alexandre Dutra Lopes e exclusões: Cia Energética de São Paulo – CESP (redução de custos); Empresa Concessionária de Rodovias do Norte – ECONORTE (redução de custos); Instituto Hermes Pardini (redução de custos); Intrag-Part Administração e Participações Ltda, Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda, Unibanco Empreendimentos Ltda, Unibanco Negócios Imobiliários Ltda, todas limitadas do Grupo Itaú Unibanco; e Marselha Holdings Ltda, União Participações Ltda e BRADESPLAN Participações Ltda, todas limitadas do Grupo Bradesco.

Assim, o número atual de associadas é de 250.

Eduardo Lucano passou às comunicações:

- A próxima reunião do Conselho Diretor da **Abrasca** será realizada no dia 15 de agosto. Eduardo Lucano destacou que esta reunião é a de planejamento, ou seja, é o momento de pensar as ações da **Abrasca** para 2020 e a reunião da Diretoria no dia 03 de outubro de 2019. Ambas em São Paulo;

- No dia 31 de maio, na Conferência Anual de Relações com Investidores de 2019, ocorrida no Arizona (Estados Unidos), a **Abrasca** entregou em mãos, por meio do seu Consultor, Valter Faria, ao Sr. Gary LaBranche, presidente e C&O do National Investor Relations Institute – NIRI carta cumprimentando-o pelo 50º aniversário do Instituto;

- No dia 25 de abril de 2019, a **Abrasca** enviou carta à Sra. Sheila Faster, Trustee and Chair of the Nominating Committee do IFRS Foundation, com a indicação de Alessandro Broédel Lopes, Contador e professor da FEA da USP para o Board da entidade.

- No dia 10 de junho de 2019 a **Abrasca** enviou carta ao presidente da CVM, Marcelo Barbosa, sugerindo ajustes pontuais à nova Instrução CVM 361, que regula o procedimento às Ofertas Públicas de Aquisição de Ações de companhias abertas. Na manifestação da entidade no âmbito da Audiência Pública 02-2019 da Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM), as companhias responderam aos questionamentos da SDM e listaram ainda uma série de pontos que merecem aprimoramento, mas que não foram colocados em debate pela Autarquia. A presidente da COJUR, Nair Saldanha, falou sobre os três pontos principais que mereceram destaque: (i) o relativo ao processo de concorrência na aquisição de companhia, já que havia um dispositivo na norma dizendo que a cia que tivesse publicado edital não poderia subir o preço durante o leilão. Foi solicitada a exclusão desse artigo; (ii) revisão do entendimento da CVM acerca das regras de unificação de OPAs e (iii) a fórmula do cálculo do aumento de participação. Nair destacou que na reunião da COJUR ocorrida na parte da manhã foi solicitada às companhias que enviassem comentários, já que o prazo final para o envio à CVM é 10 de julho.

- Nos dias 04 e 06 de junho a CRIG – Comissão de Relações Institucionais e Governamentais realizou reuniões onde foram definidas ações com relação a temas que vêm sendo tratados no âmbito

da comissão: (i) o risco da tributação de dividendos e fim da dedutibilidade do JCP; (ii) a central de balanços; (iii) marco legal para a desconsideração da personalidade jurídica e (iv) novo código comercial.

- No final do mês de maio os consultores Valter Faria e Helmut Bossert apresentaram estudo sobre o posicionamento da **Abrasca** em uma entrevista concedida à **AbrascaTv**.

- Nos dias 26 e 27 de junho, a **Abrasca** realizou, junto com o IBRI, a 21ª edição do Encontro de RI e Mercado de Capitais no WTC Events, em São Paulo. O evento, mais uma vez foi um grande sucesso. Com mais de 700 inscritos, contou com a presença e participação de emissores de valores mobiliários, investidores, formadores de opinião do mercado de capitais, além dos secretários de Estado, Salim Mattar e Mansueto Almeida;

- No início de junho o novo gerente de Operações da **Abrasca**, Ricardo Garcia, falou na **AbrascaTv** sobre o maior dinamismo na integração das Comissões Técnicas e atendimento das novas demandas, sobretudo pelas áreas de RI das companhias atribuídas à sua função. Ricardo destacou que o papel da Gerência de Operações é acelerar a integração das Comissões Técnicas e oferecer mais serviços aos associados da Nova **Abrasca**;

- No dia 16 de maio, a COMEC – Comissão de Mercado de Capitais realizou reunião em São Paulo onde tratou, entre outros temas, da sondagem junto a seus associados, para avaliar a utilização do sistema de Voto a Distância. O objetivo foi identificar dificuldades e problemas que as companhias enfrentaram este ano e encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) documento com propostas de adequação do sistema.

No ano passado, a sondagem apontou que um terço das companhias que realizaram assembleia não recebeu voto pelo sistema eletrônico. Neste ano, a sondagem da **Abrasca** não apontou evolução. Um terço das empresas segue sem ter recebido sequer um voto a distância em 2019. Já no dia 02 de julho, a B3 realizou seminário com a participação da **Abrasca** para apresentar o levantamento do que ocorreu na última rodada de assembleias, tendo ratificado o resultado apurado na pesquisa da **Abrasca**.

Foi passada a palavra para o Gerente de Operações, Ricardo Garcia, para falar do levantamento da B3 sobre

voto a distância: das 315 companhias enquadradas na norma, 95% utilizaram o sistema e 62% receberam efetivamente algum voto. Ricardo destacou, no entanto, que em outros recortes será possível ver que estes dados não refletem a realidade. Assim, o dado mais interessante é com relação à quantidade de votos recebidos pelas companhias, ou seja, um grande percentual das companhias recebeu somente um voto pelo sistema a distância. Ricardo destacou que o sistema é válido, oferece facilidades para a participação do investidor, mas que na realidade ele atende bem somente a um pequeno grupo de empresas, a um custo relativamente alto, o que foi destacado também pelo superintendente Geral da **Abrasca**, Alexandre Fischer.

A presidente da COJUR falou que talvez fosse o momento de apresentar alguma solução alternativa, como uma procuração com campo estruturado, ou qualquer outra solução que pudesse substituir os custos elevados desse sistema, ou seja, uma alternativa para algumas companhias menores, que assim não seriam obrigadas a utilizá-lo. O gerente de Operações da **Abrasca**, Ricardo Garcia destacou que ficou notório na exposição da B3 que são necessárias mudanças. A presidente da COJUR lembrou que a carta com comentários enviada ano passado pela **Abrasca** não foi devidamente considerada pela CVM. Assim, como os representantes da Entidade se reunirão com a CVM, seria importante estruturar algumas ideias e já apresentá-las. Nair sugeriu que fosse realizada uma COJUR especialmente para tratar do tema, onde esses dados seriam apresentados e as companhias poderiam relatar suas experiências com relação ao sistema de voto à distância para a estruturação do documento. O advogado do Bocater, Camargo, Costa e Silva Rodrigues Advogados, Fábio Lemos se prontificou a participar da reunião e redigir a minuta da carta com os comentários das associadas a ser entregue à CVM.

• No dia 13 de junho, a COMEC – Comissão de Mercado de Capitais recebeu Kieran McManus, da PwC, para apresentar o trabalho que comparou os custos de IPOs no Brasil e nos Estados Unidos. O período analisado foi de janeiro de 2004 a abril de 2018, contemplando 182 processos de listagem de empresas brasileiras, analisando 97% das ofertas que ocorreram no Brasil. A

conclusão do estudo é que os custos - como percentual do montante captado pelas emissões - são maiores nos Estados Unidos do que no Brasil, resultado contra-intuitivo, uma vez que diversos ativos brasileiros estão buscando a listagem no exterior. Nesse sentido, a Diretoria deliberou pedir para a PwC a relação individualizada dos custos considerados pela Pesquisa;

• O Superintendente de Orientação ao Investidor – SOI da CVM, José Alexandre Vasco, pediu a colaboração da **Abrasca** em iniciativas de educação financeira para estimular a formação de poupança e investimento. A CVM pretende ampliar as parcerias institucionais que promovam uma aliança nacional pela educação dos investidores. O presidente Executivo da **Abrasca** colocou que o ponto fundamental é decidir se a Entidade vai apoiar a CVM neste projeto.

Eduardo Lucano falou que, paralelamente, é necessário tratar de um dos projetos que está sendo desenvolvido no âmbito da reorganização e fortalecimento da Entidade: programa de treinamento de Ensino a Distância – EAD de cultura de companhia aberta. São programas que visam contribuir para o treinamento dos funcionários das companhias, com temas como insider information, informações relevantes, responsabilidade dos administradores, entre outros. A ideia é que os funcionários, assumindo novos postos dentro das companhias, possam obter esse tipo de conhecimento por meio do EAD. O conteúdo pode ser acessado no próprio local de trabalho. Esse projeto deverá ser desenvolvido a partir de um grupo de referência, com RIs, RHs e outras áreas das companhias. Deverá ser produzido com os recursos da **Abrasca** e disponibilizado gratuitamente para os associados. Eduardo Lucano destacou que esses dois temas acabam se complementando e nesse sentido apresentaremos à CVM a proposta de colocar o conteúdo produzido pela Autarquia na plataforma da **Abrasca**. Eduardo submeteu a proposição da convergência das duas iniciativas à decisão da Diretoria, o que foi aprovado.

O presidente Executivo falou das principais atividades do presidente do Conselho Diretor da **Abrasca**, Alfried Plöger:

• 26 e 27/06/2019 – Abertura e Moderação no 21º Encontro Internacional de Relações com Investidores & Mercado de Capitais, realizado pela **Abrasca**, no Teatro WTC Hotel São Paulo.

Em continuidade, Eduardo Lucano falou da MP 881. No dia 30 de abril foi publicada a Medida Provisória nº 881 (“MP 881/2019”), por meio da qual foi instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelecendo normas de proteção ao livre mercado e dispendo sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador. A MP busca promover uma mudança cultural nas interações entre o Poder Público e os agentes privados, fixando alguns princípios para esta relação, entre eles o da intervenção mínima e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

A MP aperfeiçoa os parâmetros de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, minorando o uso abusivo desse instituto pelo judiciário. E faculta à CVM excetuar exigências da Lei 6.404/76 para companhias de menor porte. Na reunião de Diretoria anterior, foi decidido formular propostas da **Abrasca** nesse sentido, debatidas na COJUR dessa manhã. Dado o exposto, a **Abrasca** tem interesse na aprovação da MP pelo Congresso e nesta reunião será debatida uma minuta de uma manifestação pública em apoio à MP.

Para falar sobre o tema foi passada a palavra para o advogado João Accioly, integrante do Instituto Millenium e que está colaborando com o poder executivo na elaboração do normativo. João Accioly agradeceu a oportunidade e falou que, na semana anterior, participou da audiência pública da comissão mista do Senado e que ficou surpreso com a receptividade com que o tema foi tratado. Disse que o Ministério da Economia está tendo uma liberdade muito maior com o texto, muito bem recebido pelo Congresso. João Accioly destacou que os vetores da MP estão na presunção da boa-fé, liberdades contratuais, pacta sunt servanda, desburocratização, reforço da autonomia patrimonial, ou seja, da facilitação do uso do mercado para financiamento empresarial. Destacou também que foram apresentadas 301 emendas ao texto com temas diversos, dada a abrangência do conceito “liberdade econômica” e que estão sendo acrescidas mudanças importantes para uma maior segurança jurídica. Esse é o momento para a sugestão de inclusão de alguma questão que a Entidade, como representante das companhias abertas, queira fazer.

O presidente Executivo da **Abrasca** solicitou a leitura da minuta da nota

sobre a MP. Após a leitura, Lucano deixou o texto aberto a comentários e sugestões. Flávio Maia elogiou a redação e a iniciativa da MP que valoriza o empreendedorismo, o que, em última instância, pode esvaziar o projeto do Novo Código Comercial, dada a sobreposição dos princípios apresentados nos dois projetos. Antonio Castro, conselheiro da **Abrasca** falou que a nota deve ser distribuída à imprensa o mais rápido possível. A íntegra da nota foi publicada no *Sia&Cia* 1457, de 08 de julho (<http://bit.ly/2JxCBE2>).

Passou-se a palavra para a presidente da COJUR, Nair Saldanha, para falar sobre as atividades da Comissão. Nair falou que na reunião ocorrida na parte da manhã foram discutidos os comentários à Instrução CVM 607, que estabelece novo marco para sua atuação sancionadora. A norma estabelece o rito dos processos administrativos sancionadores ("PAS") e regulamenta as inovações trazidas pela Lei 13.506, de novembro de 2017. Nair destacou que o texto vai ser apresentado em uma reunião presencial da **Abrasca** com a CVM. O segundo ponto tratado foi o encaminhamento do pleito referente ao sistema de Voto a Distância da B3, sem uma interlocução adequada desde o ano passado.

Com relação à simplificação das ofertas, Nair destacou que há um grupo envolvendo entidades representativas do mercado trabalhando no tema e que a **Abrasca** não foi convidada a integrá-lo. Alexandre Fischer destacou que é importante deixar claro para a CVM que todos os setores do mercado são importantes e que têm visões, interesses e necessidades diferentes. Por isso todos têm que ser ouvidos.

Alexandre também reportou as discussões sobre o Observatório CVM, cuja implementação foi iniciada. Um dos pontos importantes é ouvir a CVM, pois serão pesquisados os últimos 17 anos de processos administrativos sancionadores. Na realidade, será uma ferramenta fundamental para os emissores e para os participantes do mercado.

Com relação ao PLR, foi feita uma consulta à base de 250 companhias associadas. Existe um entendimento da PGFN de que um diretor não empregado não pode receber PLR. Porém, há opiniões de juristas no sentido contrário. A companhias que não mantêm seus diretores como empregados estão sendo afetadas pelo entendimento e solicitaram que a **Abrasca** haja nesse

sentido. Uma das propostas é que fosse impetrado um mandado de segurança coletivo para permitir o lançamento do pagamento da PLR para diretores não empregados no e-Social. Tendo em vista que o sistema do e-Social vai ser revisto e eventualmente extinto, a **Abrasca** vai monitorar o assunto para, posteriormente, planejar sua atuação.

Nair destacou por fim que é necessário debater novamente o fortalecimento da CVM. O tema foi examinado anteriormente por um grupo de trabalho da **Abrasca**, integrado por juristas de primeira linha e é de extrema importância continuar a discussão.

Não havendo mais discussões, o presidente Executivo, Eduardo Lucano da Ponte agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Participaram da reunião: Antonio Duarte Carvalho de Castro (**Abrasca**), Eduardo Lucano (**Abrasca**), Alessandra Zequi (Stocche Forbes Advogados), Alexandre Fischer (**Abrasca**), Cristiane Pimentel (**Abrasca**), Daniella Fragoso (BMA Advogados), Fábio Lemos (Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados), Flávio Maia (Pcpc Advogados), João Accioly (Millenium), Julia Franco (Stocche Forbes Advogados), Nair Saldanha (Madrona Advogados), Ricardo Garcia (**Abrasca**) e Suzana Fagundes (Localiza).

Comissão aprova MP da Liberdade Econômica

Foi aprovada, em 11 de junho por Comissão Mista a MP 881, que trata da Liberdade Econômica. De acordo com estudo do Governo, a medida pode gerar 3,7 milhões de empregos e aumentar o PIB em 7% entre 10 e 15 anos.

O relatório do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) defende redução de burocracia para startups, mais segurança para o livre mercado, aplicação da CLT apenas para trabalhadores que recebem até 30 salários mínimos, entre outras propostas de mudanças que despertem uma economia direcionada ao estímulo da livre iniciativa empresarial.

A **Abrasca**, que tem como valores fundamentais a crença na LIBERDADE, na LIVRE INICIATIVA e na CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO, apoia a liberdade econômica em prol de um ambiente de negócios mais independente.

Acesse nota da **Abrasca** em favor da MP 881 no S&C 1457, de 08 de julho: <http://bit.ly/2JxCBE2>.

Saiba mais:

Texto final - PLV 17/2019:

<http://bit.ly/2lbDwk3>

PAR 1/2019:

<http://bit.ly/2lbDMj1>

Decisão de Comissão:

<http://bit.ly/2lbEcWD>

Voto em Separado:

<http://bit.ly/2jWdilm>

Ação da Abrasca contra publicações em DOs é arquivada

Apelação da JUCESP tem desfecho favorável à Abrasca, consolidando definitivamente importante vitória da Entidade e de suas associadas.

Foi arquivada a apelação da JUCESP de exigir das limitadas de grande porte associadas à **Abrasca** a prévia publicação de suas demonstrações financeiras como condição para deferir o arquivamento de suas atas de reunião, ou assembleia de sócios que aprovarem suas demonstrações financeiras.

Conforme noticiado no S&C 1447, essa jornada começou em 2015, quando a **Abrasca** – por intermédio do associado TozziniFreire Advogados – ajuizou mandado de segurança coletivo contra a JUCESP. No dia 24 de abril de 2019, transitou em julgado o acórdão do TRF-3 que negou provimento à apelação da JUCESP.

Com isso, tornou-se imutável a decisão determinando que a JUCESP não exija das limitadas de grande porte associadas à **Abrasca** a prévia publicação de suas demonstrações financeiras, como condição para deferir o arquivamento de suas atas de reunião ou assembleia de sócios que aprovarem suas demonstrações financeiras.

Em julho de 2019, o trânsito do acórdão foi favorável à **Abrasca**, configurando-se em um caso definitivamente encerrado.

Demanda aumenta mais que oferta de debêntures e custo para emissores cai

A retomada da economia (que passa pela Reforma da Previdência) vai definir novo planejamento para as emissões de debêntures, porém, é esperado que a forte demanda provoque queda nas taxas das operações, melhorando o custo de captação para as companhias emissoras.

As emissões atingiram mais de R\$ 80 bilhões no primeiro semestre de 2019, e a tendência é que para o segundo semestre, as condições mais favoráveis ao emissor ainda permaneçam. A reforma da previdência pode estimular o mercado de investimentos nos ativos fixos, conforme se estabeleça a confiança das empresas na economia, à medida que vão necessitar reestruturar seus financiamentos.

Segundo estudo recente do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (CEMEC) e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a queda das taxas é o resultado de um desalinhamento entre a oferta e a demanda por esses papéis, visto que a elevação no volume de emissões das debêntures entre 2017 e 2018 não se manteve em 2019.

Também foi destacado no estudo que as empresas brasileiras se beneficiaram de uma oportunidade criada pela queda da Selic para reestruturar suas dívidas, trocando parte delas pela emissão de debêntures, porém, este ciclo se completou no ano passado. Com perspectivas de que a retomada da economia fomente o mercado de capitais, as companhias emissoras seguem na expectativa de que a alta procura pelos papéis seja ainda maior, colaborando para taxas de retorno cada vez menores.

O gráfico 1 mostra a diferença do rendimento médio (spread) das debêntures em relação ao CDI, considerando aplicações de dois anos (720 dias) caiu de 1,70% ao ano para 0,53% ao ano, entre o início de 2016 e abril de 2019.

O gráfico 2 mostra como o spread favorável às debêntures, de 2,3% ao

ano em meados de 2016, passou a flutuar por entre 0,1% e 0,3% ao ano entre abril e dezembro de 2018. E, de lá para cá, praticamente zerou, sendo que a diferença neste caso fica sendo a tributação, que pode não ocorrer para o investimento nas chamadas “debêntures incentivadas”.

Gráfico 1
Spread da Taxa de Debêntures em Relação ao DI (720 dias)

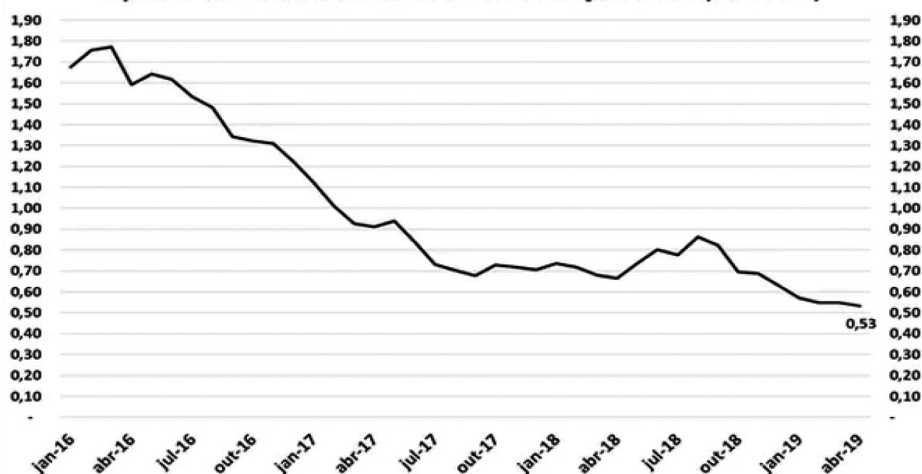
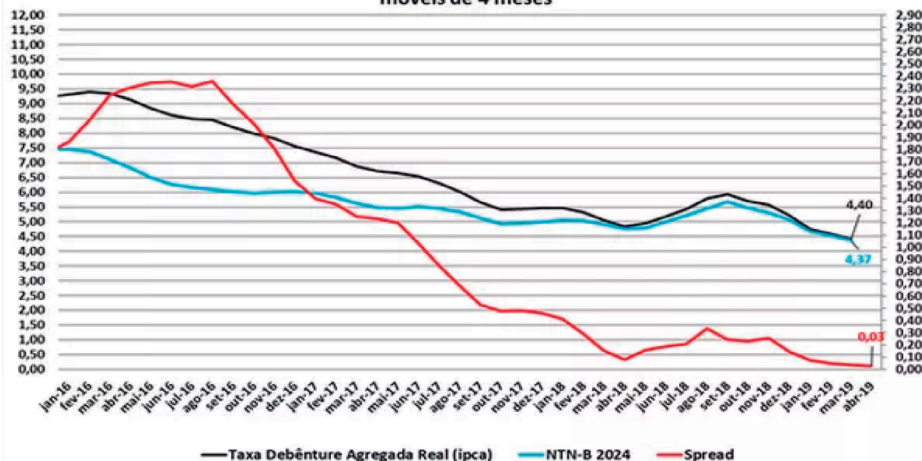


Gráfico 2
Taxa da Debêntures Agregada Real (IPCA) em Relação à NTN-B 2024 - médias móveis de 4 meses



Notas

Embraer vende cinco aviões para Portugal

O governo de Portugal anunciou, no dia 11 de junho, pedido firme para cinco aviões de transporte aéreo multimissão KC-390 da Embraer como parte do processo de modernização das capacidades da Força Aérea Portuguesa para apoiar as operações das Forças Armadas de Portugal e aumentar a prontidão em missões de interesse público. As entregas estão programadas para começar em 2023.

“Hoje é um dia histórico para o Programa KC-390 e quero agradecer àqueles que contribuíram para o projeto. É um passo muito relevante para consolidar a aeronave no mercado e acreditamos que se tornará outro sucesso da Embraer. O KC-390 de Portugal atenderá a novos requisitos de interoperabilidade nas áreas de navegação segura, transmissão de dados e voz que permitirão ao KC-390 integrar operações conjuntas em alianças multinacionais nas quais Portugal está integrado. Estes requisitos, desenvolvidos em parceria com a Força Aérea Portuguesa, permitirão ao KC-390 atender às necessidades de muitas outras nações em todo o mundo”, afirmou Jackson Schneider, presidente e CEO da Embraer Defesa & Segurança.